

**ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Oitava Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal “Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Oito da Sétima Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zeca do PT, Lidio Lopes, Gerson Claro, Antonio Vaz, Caravina, Coronel David, Roberto Hashioka, Gleice Jane e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Antonio Vaz, Neno Razuk, Gleice Jane, Jamilson Name e Zé Teixeira. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 001/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Danielle Corrêa de Oliveira; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao doutor Pedro Paulo Gasparini, pela sua reeleição ao cargo de defensor público-geral do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2025/2027; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a prorrogação das seguintes frentes parlamentares: Frente Parlamentar de Recursos Hídricos, Frente Parlamentar para o Desenvolvimento das Unidades de Conservação, Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Frente Parlamentar de Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias, Frente Parlamentar do Leite, Frente Parlamentar da Avicultura, Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Suinocultura e Frente Parlamentar de Apoio ao Varejo de Comércio e Serviços; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenarinho Nelito Câmara para a realização da posse dos membros e reunião ordinária da Frente Parlamentar*

*de Limites, Divisas Territoriais e Regularização Fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria do deputado Lidio Lopes e outros, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e Adolescente; requerimento, de autoria do deputado Lidio Lopes, solicitando a reserva do Plenário Júlio Maia para a posse da nova diretoria da BPW; requerimento de informações, de autoria do deputado Pedrossian Neto; indicações, de autoria dos deputados Coronel David, Lia Nogueira, Zé Teixeira, Paulo Duarte, Renato Câmara, Lidio Lopes, Zeca do PT e Junior Mochi. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 25 de fevereiro 2025: Mensagem nº 1/2025, do Poder Executivo, encaminhando para aprovação desta Casa de Leis, os seguintes Convênios ICMS, Protocolo ICMS e Ajustes SINIEF, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) (Prot. nº 00211/2025); Mensagem nº 2/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.128, de 31 de outubro de 2023, que institui o Programa Cuidar de Quem Cuida, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul” (Prot. nº 348/2025); Mensagem nº 3/2025 do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “Institui o Programa Recomeços, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos que menciona, e dá outras providências” (Prot. nº 349/2025); Mensagem nº 4/2025 do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “Institui o Programa de Apoio à Mulher Trabalhadora e Chefe de Família, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos que menciona, e dá outras providências” (Prot. nº 351/2025); Ofício nº 666/2024, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Caravina (Prot. nº 3249/2024); Carta nº 776/2024, da TIM Telefonía, respondendo à indicação do deputado Junior Mochi (Prot. nº 3006/2024). Está lido o expediente, senhor presidente. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, eu gostaria de registrar, com muita consternação, o falecimento, o passamento do nosso amigo Danilo Costa, dono do Jornal de Domingo, nesta madrugada. Quero mandar os meus sinceros pêsames à família enlutada e gostaria de apresentar uma moção de pesar. Se fosse

possível, eu gostaria que Vossa Excelência a incluísse, para que pudéssemos votar ainda hoje. E, mais, se fosse possível, pela amizade que todos aqui temos com o Danilo Costa, em sua memória, propor que essa moção fosse feita pela Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar, deputado: são vários deputados que já fizeram a moção individualmente. Nós já solicitamos, então, que seja transformada em moção feita em nome do Poder Legislativo sul-mato-grossense, para que seja votada ainda no dia de hoje, conforme vossa solicitação. Registrando também, com pesar, que toda a Casa está em luto em razão do falecimento do jornalista Danilo Costa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o senhor deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar uma indicação deste Poder ao senhor Washington Willeman de Souza, diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), solicitando a disponibilização de um trator para atender o assentamento Mateira, no município de Paraíso das Águas. Também tenho uma moção de congratulação à diocese de Corumbá, em razão da posse do novo bispo, dom João Batista de Oliveira, ocorrida no dia 22 de fevereiro de 2025. Justificativa. Dom João Batista ingressou no seminário menor dos Missionários do Verbo Divino em 1987, onde realizou seus estudos fundamentais e o ensino médio nas escolas estaduais Presidente Kennedy e Instituto de Educação, em Ponta Grossa (PR), até 1991. Professou seus primeiros votos em 5 de janeiro de 1997 e os votos perpétuos em 25 de março de 2000, sendo ordenado diácono em 26 de março de 2000 e sacerdote em 24 de fevereiro de 2001. Atuou como vigário da Paróquia Santo Hermano Miguel, em Guayaquil, no Equador, de 2001 a 2003, e como pároco da mesma comunidade, de 2004 a 2007. Retornou ao Brasil em 2008, exercendo a função de animador vocacional da Província Sul (BRS) dos Missionários do Verbo Divino até 2011. Possui especialização lato sensu em Formação Humana pela Faculdade União de Ponta Grossa, em parceria com o Instituto de Aconselhamento e Terapia do Ser (lates) de Curitiba, cursada entre 2010 e 2011. Foi mestre de noviços na Província Centro (BRC) dos Missionários do Verbo Divino de 2012 a 2016 e provincial da mesma província de 2017 a 2022. Em 2023, era pároco da Paróquia Nossa Senhora da Penha, em Alta Floresta do Oeste. Em 30 de novembro de 2024, foi nomeado pelo Papa Francisco para assumir a Diocese de Corumbá e, no dia 22 de fevereiro de 2025, tomou posse na diocese, no Santuário Nossa Senhora Auxiliadora. A comunidade católica de Corumbá está em festa com a recepção do novo bispo, principalmente por esta ter sido a segunda vez que a comunidade católica da região

pantaneira presenciou uma ordenação episcopal, sendo a primeira em que o bispo ordenado atuará na própria diocese. Esta Casa de Leis deseja as boas-vindas ao Reverendíssimo Dom João Batista de Oliveira ao Estado de Mato Grosso do Sul, crente no acolhimento caloroso e sincero do povo corumbaense, e lhe deseja um exitoso trabalho junto à comunidade. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, presidente, bom dia nobres pares. Prazer em revê-lo, presidente. Quero cumprimentá-lo pela coordenação da audiência pública. Vossa Excelência mostrou ser bem preparado para isso. Senhor presidente, eu tenho aqui uma moção de pesar pelo falecimento do nosso amigo Danilo Costa; a moção já foi lida pelo deputado Paulo Corrêa. Eu gostaria também, reforçando o que já foi dito pelo deputado Paulo Corrêa — até porque outros deputados também apresentarão uma moção pelo mesmo motivo —, que esta moção seja transformada em moção da Casa. OK, senhor presidente? Muito obrigado! Senhor presidente, outra questão: como presidente da Comissão Permanente de Segurança Pública e Defesa Social, eu estou informando a Mesa Diretora de que nós iremos fazer um ofício a todos os órgãos que participaram da reunião para tratarmos sobre os novos procedimentos e protocolos a serem adotados na defesa da mulher vítima de violência doméstica, para que os órgãos possam remeter a esta Casa, à Comissão Permanente de Segurança Pública e Defesa Social, as medidas que serão implementadas, para que a gente possa dar conhecimento aos deputados. E nós continuarmos, se for o caso, cobrando realmente essas mudanças de protocolos e aperfeiçoando o sistema que, por ora, ainda existe. A intenção, realmente, senhor presidente, é dar toda a salvaguarda e acolhimento às mulheres que são vítimas de violência.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Continuando, no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, na última sexta-feira, aconteceu no Plenário desta Casa uma audiência pública promovida pelo deputado Neno Razuk. Casa cheia, debate acalorado, mas com enorme felicidade na condução dos debates, da forma mais democrática que aquele momento permitia, resultando em uma proposta alternativa e inovadora ao projeto que pretende criar uma lei de pesca para Mato Grosso do Sul. Portanto, pedi pela ordem, senhor presidente, para registrar o meu reconhecimento, em nome da bancada do PT, sobre o comportamento democrático, inteligente e imparcial que o deputado Neno Razuk teve na condução da audiência. O resultado foi o fortalecimento do Poder Legislativo e da Assembleia Legislativa. Quero

também registrar a generosidade e o comportamento democrático e participativo que o deputado Neno Razuk demonstrou e, logo após o encerramento da audiência, sua disposição em encaminhar um projeto alternativo. O deputado, provavelmente, falará sobre ele, destacando a participação do conjunto desta Casa e a escuta dos movimentos organizados da pesca profissional, amadora e esportiva. Além disso, reforço a sugestão que fiz ao deputado Neno Razuk. A realização de audiências públicas fortalecerá seu mandato em Corumbá, Miranda, Aquidauana, Porto Murtinho e Coxim, cidades com maior número de pescadores profissionais e que atraem mais turistas. Dessa forma, o debate democrático contribuirá para a construção de uma nova lei de pesca para Mato Grosso do Sul. Que haja fortaleza e clareza no que significa, para nós, a pesca esportiva, a pesca amadora e a importância de repensarmos a pesca profissional. Mas, ao mesmo tempo, que se proponha uma comissão de alto nível para redefinir o papel e a reestruturação da Polícia Ambiental. Ouvi há pouco de um pescador profissional: "Antes de tudo, precisamos ter a Polícia Ambiental no rio, e não fora dele." Porque, depois que matou o peixe, o peixe já estará morto; aí, vamos apenas fazer o velório. Portanto, a Polícia Ambiental, repensada, reestruturada, reorganizada e reequipada, tem que estar no rio. Em segundo lugar, essa mesma comissão de alto nível deve propor um debate com o Governo Federal para que se estabeleçam critérios de uma lei comum entre Brasil e Paraguai e entre Brasil e Bolívia, de forma que não seja permitida a pesca predatória dos ribeirinhos paraguaios ou bolivianos e que também se chegue a um denominador comum com relação aos períodos de piracema, tanto para nós quanto para esses dois países. Portanto, senhor presidente, concluindo, quero enaltecer, registrar e reconhecer o papel importante que teve o deputado Neno Razuk nessa audiência pública. Concluído isso, senhor presidente, quero apresentar dois requerimentos. O primeiro, deste Poder, ao senhor governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, Jaime Verruck, bem como ao diretor-presidente do Imasul, senhor André Borges Barros de Araújo, solicitando, com urgência, as seguintes informações. Existem estudos já realizados ou em andamento acerca dos impactos sobre o solo, recursos hídricos, fauna e flora nas regiões onde é realizado o plantio de eucalipto voltado à produção de celulose? Essa informação é fundamental para a audiência pública que Vossa Excelência, deputado Renato Câmara, vai promover pela comissão. Segundo requerimento, também encaminhado a essas autoridades: nos anos de 2023 e 2024, quais foram as ações aplicadas e onde foram destinados os recursos oriundos do Fundo Estadual do Meio Ambiente e Mudança Climática e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos? Terceiro: atualmente, qual é o saldo disponível nos fundos mencionados anteriormente? É isso, senhor presidente. Duas informações ou dois requerimentos fundamentais para entendermos a dimensão da problemática do plantio de eucalipto no nosso estado e, particularmente, na região leste do Mato Grosso do Sul. Obrigado.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Neno Razuk

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, sei que não é o momento de falar a respeito, mas, como fui citado, gostaria de usar a palavra para agradecer ao nosso ex-governador e deputado Zeca do PT pelas palavras. Tivemos uma audiência pública belíssima, Casa cheia, com alguns momentos tensos, mas uma audiência democrática e de extrema importância para o nosso estado. Como já mencionamos, o projeto poderia ter tramitado por meio das assinaturas de urgência e já estar encaminhado, mas preferimos ouvir todas as classes. O deputado Zeca do PT disse que já temos uma ideia, um projeto de mudança. Na verdade, estamos formulando esse projeto e queremos fazer algumas alterações e transformações, ouvindo todas as classes. Essa audiência serviu justamente para isso: escutamos os pescadores profissionais, os amadores e os esportivos. Estamos buscando uma maneira de contemplar todas as classes, atendendo à demanda de preservação do meio ambiente. Muitas coisas foram ditas — que o projeto foi imposto de cima para baixo, sem estudo, sem planejamento —, mas, na verdade, senhor presidente, quando buscamos o princípio da precaução, quando buscamos preservar o meio ambiente, estando certos ou não, não estaremos errando, porque estamos preservando. Essa é a nossa intenção, e tenho certeza de que vamos construir uma composição que atenda a todas as classes. Faremos uma reformulação do projeto para que os pescadores amadores, esportivos e profissionais sejam contemplados, garantindo ao mesmo tempo a preservação do meio ambiente. Teremos uma mudança na legislação do nosso estado e, em breve, tenho certeza de que veremos Mato Grosso do Sul como referência na pesca nacional outra vez. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Continuando, no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, peço licença para falar daqui da mesa. Estou encaminhando hoje, senhores deputados e senhoras deputadas, um projeto de lei que altera a Lei nº 5.720, de 23 de setembro de 2021, que dispõe sobre o serviço público de loteria do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. O artigo 1º e o artigo 2º da Lei nº 5.720, de 23 de setembro de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º – Os recursos públicos oriundos da exploração do serviço público de loteria, incluindo os prêmios não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo de prescrição, serão destinados à seguridade social e ao financiamento de programas nas áreas de habitação, desporto, educação, saúde, desenvolvimento social e cultural, além de investimentos na segurança pública, na forma a

ser regulamentada pelo Poder Executivo Estadual. Parágrafo 1º – Do total dos recursos arrecadados nos termos do caput deste artigo, 50% serão destinados ao financiamento de programas na área de habitação. Parágrafo 2º – Do total de recursos arrecadados nos termos do caput deste artigo, no mínimo 10% serão obrigatoriamente destinados às ações de enfrentamento à violência contra mulheres, crianças e adolescentes. Artigo 2º – O Poder Executivo poderá, no prazo de noventa dias, a contar da publicação desta lei, editar os atos necessários à regulamentação da destinação dos recursos previstos no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei nº 5.720, de 23 de setembro de 2021. Artigo 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Plenário Júlio Maia, 24 de fevereiro de 2025. Deputado Paulo Corrêa." Senhor presidente, a justificativa está anexa. Eu gostaria de destacar minha colaboração e informar que já conversei com o presidente da Comissão de Seguridade Social da Casa, o deputado Coronel David, sobre a existência de uma brecha que permite a destinação de recursos financeiros provenientes das loterias do Estado de Mato Grosso do Sul. Acredito que isso é fundamental, pois, até agora, falamos sobre ações de cada um dos Poderes no enfrentamento à violência contra a mulher, mas não discutimos a origem dos recursos. Com este projeto, estou esclarecendo de onde podemos obter esses recursos sem prejuízo ao erário, garantindo o financiamento das ações da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Sem recursos, não há enfrentamento à violência contra a mulher — sem isso, é tudo discurso vazio. Sei que todos os Poderes estão unidos nessa pauta. Da mesma forma, senhor governador Zeca do PT, defendo que 10% dos recursos da loteria sejam destinados ao enfrentamento da violência contra mulheres, crianças e adolescentes. Existe essa brecha na lei, e podemos legislar sobre isso. Peço apoio dos nobres pares, especialmente da deputada Lia Nogueira e da deputada Gleice Jane, para que me ajudem nesse projeto, pois ele está alinhado com as discussões que tivemos. O enfrentamento precisa de recursos para ser efetivo, e estou apontando uma fonte viável para isso. Indicação. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, pleiteando providências necessárias e urgentes para a recuperação asfáltica e o melhoramento das seguintes rodovias MS-180 – trecho de Juti a Iguatemi; MS-295 – trecho entre Eldorado, Iguatemi e Tacuru. Ambas são de extrema importância para as cidades que integram o consórcio da região Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Houve uma reunião com os vereadores, iniciada na cidade de Iguatemi, e que envolveu os municípios de Amambai, Coronel Sapucaí, Aral Moreira, Sete Quedas, Paranhos, Tacuru, Iguatemi, Japorã, Eldorado, Mundo Novo, Itaquiraí, Naviraí e Juti. Considero essencial que possamos referendar e fortalecer o pleito junto ao governador, para que essas obras sejam realizadas o mais rapidamente possível. Moção de congratulação. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, após ouvido o colendo

Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao desembargador Carlos Eduardo Contar, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e representante da Justiça Eleitoral no estado, em homenagem aos noventa e três anos de criação da Justiça Eleitoral, uma instituição fundamental para a consolidação da democracia. Além disso, há um texto que deve constar nesta moção. Sem mais, agradeço este espaço, senhor presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Somente para dizer, senhor presidente, que, na próxima quinta-feira, dia 6 de março, faremos uma reunião com os representantes dos pescadores esportivos, amadores e profissionais para definir os últimos critérios e, assim, levar essa lei adiante. Eu gostaria de convidar os principais representantes para uma reunião restrita, onde possamos chegar a um consenso e dar andamento a essa lei, que é de extrema importância para nós. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Continuando no Pequeno Expediente, com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e público que nos acompanha nesta Casa de Leis, tanto presencialmente quanto pela Rádio ALEMS. Trago aqui hoje, senhor presidente, dois requerimentos. O primeiro solicita o encaminhamento de expediente deste Poder Legislativo à senhora Alir Terra Lima, presidente da Santa Casa de Campo Grande, para obter informações detalhadas sobre as suspensões e os atrasos das cirurgias eletivas na Santa Casa aqui de Campo Grande. A Santa Casa, como todos sabem, é referência no atendimento hospitalar para Mato Grosso do Sul, sendo responsável por grande parte das cirurgias de alta e média complexidade no estado. No entanto, há relatos de que procedimentos cirúrgicos estão sendo suspensos ou drasticamente reduzidos devido à falta de insumos básicos para a realização das intervenções médicas, o que coloca em risco a vida e a saúde de inúmeros pacientes que aguardam atendimento. A suspensão das cirurgias agrava a fila de espera, prolonga o sofrimento de pacientes que necessitam de procedimentos urgentes e gera impactos negativos na qualidade do atendimento hospitalar. Essa é uma questão que chegou até o nosso gabinete, pois muitos pacientes estão preocupados com a suspensão dessas cirurgias e demais procedimentos que estão deixando de ser realizados devido à falta de insumos, devido à falta do básico. Diante disso, estamos apresentando este requerimento, para que a direção da Santa Casa possa responder a esses questionamentos. Também apresento, aqui hoje, um requerimento que

deve ser encaminhado, via expediente deste Poder, ao senhor Carlos Manuel Baigorri, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), solicitando as seguintes informações: qual é a operadora de telefonia responsável pelo fornecimento de sinal de telefone e internet na região do assentamento Santo Antônio, no município de Itaquirai, no extremo sul do estado? A conectividade móvel e o acesso à internet são essenciais para a comunicação, educação, segurança e desenvolvimento econômico das comunidades, especialmente em áreas rurais e assentamentos. No entanto, há relatos de dificuldades significativas enfrentadas pelos moradores do assentamento Santo Antônio, em Itaquirai, devido à instabilidade ou ausência de sinal telefônico e de internet, prejudicando o acesso a serviços básicos e comprometendo a qualidade de vida da população. Portanto, estamos solicitando à Anatel que informe quais são as operadoras responsáveis por garantir os serviços de telefonia e internet na região do assentamento Santo Antônio, em Itaquirai. Além disso, também apresentamos hoje uma indicação ao senhor Fabrício de Oliveira Galvão, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), solicitando a instalação de redutores de velocidade na BR-487, nos trechos compreendidos entre os KM 31 e KM 32 e entre os KM 27 e KM 28, próximo à Escola Estadual Tertulina Martins de Oliveira. A BR-487, nos trechos mencionados, apresenta risco elevado para pedestres, especialmente crianças e adolescentes, que precisam atravessar a rodovia diariamente para chegar à escola estadual localizada naquelas proximidades. A ausência de dispositivos eficazes de redução de velocidade tem gerado preocupação constante por parte dos pais e da comunidade escolar, uma vez que o tráfego intenso de veículos, incluindo caminhões de grande porte, compromete a segurança dos estudantes. Portanto, estamos apresentando essa indicação. Por hoje, é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Continuando no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito bom dia, senhor presidente, caros colegas deputados. Senhor presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de falar sobre essa perda que tivemos nesta madrugada: a do nosso amigo Danilo Costa, jornalista tão conhecido e admirado, com um trabalho extenso e que deixa um grande legado para o jornalismo, para Campo Grande e para Mato Grosso do Sul. É, sem dúvida, uma perda inestimável. Para todos os amigos, familiares e admiradores do Danilo, realmente é uma ausência que será muito sentida. Senhor presidente, eu não sei se esta Casa já fez a moção de pesar, mas eu gostaria de fazê-la e, talvez, pudéssemos apresentá-la em nome da Casa. Portanto, senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Eu questiono Vossa Excelência se a moção de pesar já foi feita em nome da Casa? Se não, nós gostaríamos de fazer essa proposição.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Exatamente, nobre colega. Foi proposta pelo deputado Paulo Corrêa e vários deputados aqui apresentaram; então virou uma moção coletiva.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — OK. Muito obrigado. Senhor presidente, trago aqui uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a presente moção de congratulação aos alunos do 6º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Carmelita Canale Rebuá, de Miranda, Mato Grosso do Sul, classificados para integrar a delegação brasileira do International Talent Mathematics Contest 2025 (ITMC). Justificativa. Os estudantes classificados para representar a escola e o Brasil são: Arthur Rojes Gonçalves Martins, Emanuelli Trindade Moreira, Isabelly Nascimento da Silva, Jhonatan Levino Castro Villalba, Luis Gustavo Santos de Souza, Marcos Antônio Lemos da Costa e Pethrus Rodrigues dos Reis. A classificação reflete o excelente desempenho dos alunos na Olimpíada Internacional Matemática sem Fronteiras (Oimsf), de 2024, na qual a escola foi premiada com a medalha de Menção Honrosa, em reconhecimento à dedicação desses estudantes, professores e de toda a equipe escolar. O ITMC ocorrerá entre os dias 22 e 26 de fevereiro, em Bangkok, Tailândia. Se aprovada, a moção deverá ser encaminhada para: EE Carmelita Canale Rebuá. Avenida João Pedro Pedrossian, 809 – Centro, Miranda. Muito obrigado, senhor presidente. Era o que eu tinha.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas e todos os senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Senhor presidente, encaminho, observadas as disposições regimentais e após ouvido o Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao apóstolo Elias Gomes e à apóstola Elisângela Kovalski, em celebração aos catorze anos da Igreja Evangélica Fonte Viva, na nossa capital. A moção, depois de aprovada, deverá ser redigida nos seguintes termos. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por iniciativa do deputado estadual Professor Rinaldo, manifesta suas congratulações ao apóstolo Elias Gomes, em razão da comemoração dos catorze anos da Igreja Evangélica Fonte Viva, celebrados no dia 23 de fevereiro de 2025. Esta Casa Legislativa deseja que novos horizontes sejam conquistados, permitindo que o ensino do Evangelho continue a alcançar os lares e se torne realidade em todos os segmentos de nossa sociedade, conforme ensina Mateus 28:19:

“Portanto, ide e fazei discípulos de todas as nações.” Que a fé e o amor do Evangelho sigam iluminando o caminho de todos e gerando transformações em nossa sociedade. Senhor presidente, encaminho também um projeto de lei que altera a Lei nº 4.104, de 27 de outubro de 2011, que institui o Dia Estadual do Líder Comunitário e dá outras providências. A proposta legislativa fundamenta-se na necessidade de adequar a legislação estadual à Lei Federal nº 11.287, de 27 de março de 2006, que estabelece o dia 5 de maio como o Dia Nacional do Líder Comunitário. É imperioso e tempestivo registrar que a previsão em nossa legislação estadual, Lei nº 4.104 de 2011, instituiu o Dia do Líder Comunitário no dia 5 de agosto. Eu, como ex-líder comunitário, tenho a honra de propor essa reparação e já quero contar com a CCJR e com os demais membros para que, de forma isonômica, possamos adequar nossa lei estadual à legislação nacional. Senhor presidente, cheguei atrasado porque estava no meu gabinete atendendo algumas demandas e não sei se já foi feita uma moção de pesar aos familiares do amigo jornalista Danilo Costa. A vida é um sopro. Acabei de receber essa triste notícia e, conversando há pouco com os deputados Coronel David e Lucas de Lima, estávamos refletindo: até que ponto vale a pena ficarmos estressados, tão preocupados com tantas coisas, apegados ao poder, sem saber se amanhã ainda estaremos respirando? Mais do que nunca, é preciso que exemplos como esse nos façam ter, em nosso coração, mente e alma, o princípio da solidariedade e do amor ao próximo, estendendo, de fato, as mãos àqueles que necessitam e vivendo de forma simples. Que Deus abençoe grandemente a família do Danilo e que, neste momento de dor e saudade, encontrem refúgio em nosso Criador. Para finalizar, senhor presidente, quero registrar a presença do nosso querido Francisco, presidente do Sindicato dos Peritos Oficiais; e do Paulo, que faz parte da diretoria. Esse é um segmento extremamente importante para a nossa sociedade e que, como alguns colegas já sabem, encontra-se muito defasado em relação aos demais profissionais do país. Sem os peritos oficiais, não conseguimos dar respostas às demandas da nossa sociedade. Para que Vossa Excelência tenha uma ideia, no ranking nacional dos vinte e sete estados da Federação, Mato Grosso do Sul ocupa o 24º lugar no que diz respeito à remuneração desses profissionais. Tenho certeza de que o governador Eduardo Riedel, sensível a essa causa, haverá de nos ouvir e permitirá que busquemos uma solução isonômica para a valorização dos servidores, garantindo uma remuneração mais justa para esses homens e mulheres que desempenham um papel essencial. Sejam muito bem-vindos, Francisco, presidente do sindicato, e Paulo. Muito obrigado, senhor presidente, e que Deus abençoe o nosso dia.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Caro deputado Professor Rinaldo, esta Casa já está providenciando uma moção de pesar coletiva para que todos os deputados possam assinar em homenagem ao querido Danilo. Continuando, quero aqui registrar a presença do Professor Milco, vereador do município de Angélica; também do vereador José Saulo da Paixão, do município de Sete Quedas; do vereador Paulo Marcatto,

do município de Sete Quedas; de Carlos Alberto Prado, conhecido como Careca, presidente da Câmara Municipal de Itaquiraí; e também de Rodrigo Freitas, prefeito do município de Cassilândia. Dando continuidade ao Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado João Henrique. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, pessoas que visitam esta Assembleia Legislativa e que nos assistem pela Rádio Alems e TV Alems. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Lopes, várias indicações. A primeira: remoção das árvores localizadas na rua do Seminário, em frente à Afrangel - Associação Franciscanas Angelinas, no bairro São Francisco, em Campo Grande. Recebemos diversas reclamações de moradores da referida via pública, que informam que as árvores localizadas na rua do Seminário, em frente à Afrangel, estão atrapalhando o fluxo de pedestres, necessitando ser cortadas e removidas com urgência. Também solicitamos à Agetran a atualização das placas que indicam a localização da Afrangel para a Escola Madre Clara Risi, na rua do Seminário, no Jardim Seminário, em Campo Grande. Mais uma solicitação. Indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando com urgência a recuperação asfáltica da MS-436, no trecho que liga os municípios de Camapuã ao distrito de Pontinha do Cocho e Figueirão. Solicitamos a execução dessa obra, pois a van da saúde está tendo que vir por Coxim, devido às condições da estrada. Esse desvio por Coxim aumenta em mais de cem quilômetros o trajeto, o que gera grande transtorno. Em virtude da urgência e necessidade da população, solicitamos o apoio dos nobres pares a esse pleito na presente indicação. Mais uma indicação, agora à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia à secretária municipal de Saúde, doutora Rosana Leite, solicitando providências urgentes para manutenção e reativação do aparelho de Raio-X da UPA Santa Mônica, nesta capital. A presente proposição encaminha solicitação dos usuários do SUS que necessitam utilizar os serviços oferecidos na UPA Santa Mônica, mas que estão enfrentando dificuldades devido às péssimas condições de manutenção. Segundo relatos, o aparelho de Raio-X está quebrado há mais de três anos. Considerando as dificuldades enfrentadas pelo sistema de saúde municipal, ainda assim é inaceitável que um aparelho responsável pelo método de diagnóstico por imagem mais usado na Medicina, inclusive por ser mais barato, esteja indisponível há tanto tempo em uma Unidade de Pronto Atendimento. Este aparelho é hoje essencial na radiografia para diagnóstico médico em diversas fraturas e lesões. Diante do fato apresentado, venho solicitar urgência na manutenção ou substituição do aparelho de Raio-X na UPA Santa Mônica. Apresento também um projeto de lei que cria a Semana de Conservação, Conscientização e Valorização do Pantanal no Estado de Mato Grosso do Sul. "Artigo 1º- Cria a semana de conservação, conscientização e valorização do Pantanal

no Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 2º - As políticas públicas para a conservação, proteção e valorização terão como objetivo principal a promoção do seu desenvolvimento sustentável. Artigo 3º - Promover campanhas educativas para conscientizar a população sobre a conservação, a restauração e a exploração sustentável do seu patrimônio natural". O Pantanal enfrenta ameaças significativas, como desmatamento, queimadas, mudanças climáticas e expansão agrícola descontrolada. Essa semana da valorização do Pantanal serve como um lembrete à população do estado da responsabilidade coletiva de proteger esse patrimônio natural. É uma oportunidade para refletir sobre as ações necessárias para garantir a sustentabilidade do Pantanal para as futuras gerações. Somente isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Presidente, venho aqui hoje apresentar duas moções de pesar. A primeira é para a família da vítima do quarto feminicídio no Estado de Mato Grosso do Sul, ocorrido no último sábado. A família da jovem Mirielle Santos, de vinte e seis anos, foi baleada pelo ex-marido em Água Clara. O suspeito chegou a levar a mulher ao hospital, mas fugiu. A segunda moção é para a família de Emiliana Mendes, de sessenta e cinco anos, também vítima de feminicídio, assassinada por asfixia e arrastada por aproximadamente cem metros pelas ruas da cidade de Juti. Venho aqui apresentar essas duas moções de pesar para as famílias, mas também, mais uma vez, registrar todas as vítimas de feminicídio no Estado de Mato Grosso do Sul este ano. O primeiro aconteceu no dia 1º de fevereiro, em Caarapó, com Karina Korin, assassinada pelo ex-companheiro, juntamente com a amiga dela, Aline Rodrigues, de trinta e dois anos. O segundo caso foi da indígena Juliana; o terceiro da jornalista Vanessa; e agora tivemos o quarto e o quinto casos. São cinco histórias de feminicídio e seis vítimas no Estado de Mato Grosso do Sul, apenas no mês de fevereiro. Venho aqui apresentar essas moções, mas também registrar minha preocupação com o Estado de Mato Grosso do Sul e com a necessidade de uma ação política mais efetiva no enfrentamento à violência contra as mulheres.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores, aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Tenho aqui uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada, deste Poder, ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, e ao

secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando a construção de uma nova sede da unidade do 8 Batalhão da Polícia Militar no distrito de Casa Verde, município de Nova Andradina. Essa reivindicação foi encaminhada ao meu gabinete pelo vereador de Nova Andradina, Dito Machado. A medida justifica-se pela inadequação das instalações atuais, que não atendem mais às demandas operacionais e estruturais da corporação, comprometendo tanto o desempenho das atividades policiais quanto o bem-estar dos profissionais de segurança pública. Destaca-se que o distrito desempenha um papel estratégico na segurança pública da região, situando-se em uma rota de intenso tráfego de veículos e mercadorias, além de enfrentar desafios significativos relacionados à criminalidade. Portanto, trata-se de uma demanda de grande relevância, cuja concretização impactará diretamente na qualidade do serviço prestado pela Polícia Militar, reforçando a proteção e a segurança da população local. Tenho outra indicação aqui. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia autônoma ao secretário municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável, senhor Ademar Silva Júnior, solicitando a realização de serviços de manutenção e conservação dos monumentos que celebram a imigração japonesa em Campo Grande, sendo eles: o Monumento à Imigração Japonesa, localizado na Praça do Rádio Clube, no centro de Campo Grande; o Portal Vermelho, conhecido como Tori, situado na rua dos Barbosas; e o Memorial do Centenário da Imigração Japonesa, localizado na esquina da avenida Mato Grosso com a avenida Calógeras. A presente solicitação tem como objetivo preservar e valorizar os monumentos que celebram a contribuição histórica e cultural da comunidade japonesa em Campo Grande. Tais monumentos representam não apenas o reconhecimento à imigração japonesa, mas também um símbolo da integração, do respeito e da diversidade que enriquece o patrimônio cultural da nossa capital. Além disso, a conservação adequada desses monumentos contribui para o fortalecimento do turismo local, servindo como ponto de referência e orgulho para a população campo-grandense e para os descendentes da comunidade nipônica, cuja história se entrelaça com o desenvolvimento econômico, social e cultural da nossa cidade. Senhor presidente, eu também gostaria de me inserir na moção de pesar aos familiares do jornalista Danilo. Aproveito para cumprimentar o Paulo e o Francisco, dirigentes do Sindicato dos Peritos Oficiais Forenses de Mato Grosso do Sul (Sinpof), que representa os trabalhadores, os peritos e os oficiais forenses, em uma justa reivindicação pela melhoria salarial. Nossa solidariedade e apoio também ao Francisco e ao Paulo. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, cumprimento também todos que prestigiam a nossa sessão, aos vereadores, ao prefeito de Fátima do Sul, Waguinho, e à vice-prefeita, Silvana. Estendo os cumprimentos a todas as demais autoridades e à nossa equipe de assessoria. Senhor presidente, inicio também me somando à fala do deputado Professor Rinaldo, quando trouxe a moção de pesar ao amigo Danilo Costa; foi uma perda significativa para o Estado de Mato Grosso do Sul, em especial para os meios de comunicação. Danilo era uma figura amiga de todos, exemplar, e um jornalista que vai fazer muita falta a Mato Grosso do Sul, portanto, me somo aqui aos colegas e à Mesa na moção de pesar pelo falecimento do amigo Danilo Costa. Senhor presidente, também quero trazer aqui algumas indicações. A primeira delas é uma indicação, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Logística e Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, sugerindo a construção de um posto avançado de apoio multiuso na rodovia MS-423, aproximadamente dez quilômetros do entroncamento com a rodovia MS-168 e a setenta e três quilômetros do entroncamento com a rodovia BR-163, nas proximidades da Fazenda Morrinhos. Isso fica no Pantanal. Essa base de apoio não só serviria à Agesul, no atendimento das rodovias do Pantanal, uma vez que são rodovias que o governo tem feito o levantamento do "grade". Com as chuvas, elas se interrompem, mas, se tivermos uma base lá, ela também servirá para o Corpo de Bombeiros, quando tiver que fazer o atendimento às queimadas no Pantanal. Então, será uma base de apoio que fica a oitenta quilômetros, na Fazenda Morrinhos, no entroncamento da rodovia MS-168, que interliga com a MS-214, da rodovia MS-423, que é da Serra da Alegria, descendo em direção ao Pantanal, entre as cidades de Rio Verde e de Coxim. Portanto, acho que é extremamente importante esta base. É uma base de apoio a todos os órgãos do estado na atenção à região do Pantanal, da Nhecolândia e também do Paiaguás. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder aos senhores Paulo Roberto da Silva, superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/MS), e ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura, solicitando recursos para implantação de rede d'água na Colônia Canaã, região do Palhadão, para atender vinte famílias daquela região, no município de Bodoquena. O pleito encontra justificativa no pedido do vereador Mário Roberto Severino Ferreira, da Câmara Municipal de Bodoquena, conforme expediente encaminhado ao nosso gabinete. Por fim, senhor presidente, a última indicação é ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, com urgência, para que sejam realizadas prioritariamente obras de recuperação da malha viária da rodovia MS-244, com Operação Tapa-Buraco, encascalhamento e patrolamento no trecho da rodovia MS-080 até o distrito de Taboco, no município de Corguinho. Diante da

necessidade de providências imediatas, bem como informações sobre o andamento do projeto de pavimentação asfáltica da referida rodovia, apelo à sensibilidade e à ação efetiva da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, para que as melhorias sejam realizadas com a máxima urgência. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, eu gostaria de pedir autorização para falar aqui da Mesa. Tenho aqui um requerimento, senhor presidente, para formalizar a Frente Parlamentar de Limites de Divisas, Territórios e Regularização Fundiária, visando uma atuação unificada em função de interesses comuns, independentemente da filiação partidária dos seus membros, que são os nobres colegas deputados que se inscreveram nessa frente parlamentar. Estamos fundindo duas frentes parlamentares que tratam de assuntos importantes e convergentes, por isso estamos fortalecendo uma única frente. Esse documento define a parte burocrática dessa iniciativa. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia aos nobres pares! Deputada Lia Nogueira, deputada Gleice Jane, quero cumprimentar aqui a nossa vice-prefeita Silvana e a nossa primeira-dama Rafaela, lá da querida Fátima do Sul. Sejam bem-vindas! Cumprimento também o prefeito, que se faz presente. Seja bem-vindo! Senhor presidente, tenho uma indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura, Guilherme Alcântara, e ao secretário de Estado de Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando que seja viabilizada a implantação de uma Sala Lilás para atendimento exclusivo às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no município de Paraíso das Águas. Estamos reiterando esse pedido, que já foi feito no ano passado, a partir da solicitação dos vereadores Leonardo e Fio do Povo, lá da querida Paraíso das Águas. Pela ordem, senhor presidente! Quero fazer um convite e a convocação dos membros da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social, bem como da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica e Familiar, para que possamos realizar uma reunião na Sala Onevan de Matos, no dia 27 de fevereiro. O objetivo é discutir as medidas que estão sendo implementadas por todos os órgãos do Governo e pelo Tribunal de Justiça, com relação à violência contra a mulher. Eu gostaria, portanto, de pedir a todos os deputados que integram essas comissões para que possamos trabalhar no sentido não apenas de fiscalizar, mas também de apresentar ideias e proposições que contribuam para melhorar o atendimento às vítimas de violência no nosso

estado. Também, senhor presidente, no dia 11 de março teremos a Sessão Solene referente ao Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, com a entrega do Troféu Celina Jalad. Este ano, estaremos homenageando as mães atípicas, que são aquelas que têm filhos com deficiência e dedicam todo o seu tempo a eles. Os deputados poderão indicar uma mãe para ser homenageada nesse dia. A comunicação interna já foi enviada a todos os gabinetes, e estamos aguardando as indicações dessas mulheres que se dedicam integralmente aos seus filhos. Além disso, senhor presidente, estivemos hoje no Comando-Geral da Polícia Militar, conversando com o coronel Renato, que nos apresentou diversas medidas sendo tomadas para agilizar o atendimento às vítimas de violência doméstica no nosso estado. À tarde, teremos uma reunião com o secretário de Justiça para dialogar sobre essas ações e entender melhor as medidas que estão sendo adotadas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Era o que eu tinha a dizer, senhor presidente. Obrigada!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: oito indicações (Prot. nºs 00360/2025, 00361/2025, 00362/2025, 00368/2025, 00367/2025, 00366/2025, 00365/2025, 00364/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00339/2025, 00338/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 00385/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 00391/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00337/2025). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 00336/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00340/2025). De autoria do deputado Caravina: um projeto de lei (Prot. nº 00347/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: quatro indicações (Prot. nºs 00397/2025, 00396/2025, 00395/2025, 00330/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 00331/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 00344/2025, 00343/2025, 00342/2025); um requerimento (Prot. nº 00341/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: um requerimento (Prot. nº 00350/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nºs 00383/2025, 00384/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00390/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: três indicações (Prot. nºs 00386/2025, 00335/2025, 00332/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00355/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: uma moção de pesar (Prot. nº 00387/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00398/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 00358/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 00373/2025); duas moções de pesar (Prot. nºs 00380/2025, 00354/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00369/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro indicações (Prot. nºs 00381/2025, 00334/2025, 00393/2025, 00392/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 00394/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de pesar (Prot. nº 00376/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 00375/2025).). De autoria do deputado Renato Câmara: três requerimentos (Prot. nºs 00346/2025, 00333/2025, 00371/2025). De

autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 00388/2025, 00389/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: seis indicações (Prot. nºs 00374/2025, 00379/2025, 00378/2025, 00377/2025, 00372/2025, 00370/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de dez minutos, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — (sem revisão do orador) — Senhor presidente, senhores deputados, quero aproveitar esse tempo no Grande Expediente para fazer um registro sobre a questão do feminicídio em Mato Grosso do Sul, até porque, essa questão está sendo debatida há praticamente duas semanas, desde o assassinato da jornalista Vanessa. Nós tivemos várias reuniões, inclusive uma aqui na Assembleia Legislativa, com a presença de representantes de todos os Poderes. Algumas propostas já estão sendo colocadas em prática; e nós temos aqui hoje, na Assembleia, tramitando em regime de urgência, vários projetos que contribuem com esta força-tarefa que está acontecendo hoje no estado para garantir e proteger as mulheres. O Governo do Estado, inclusive, protocolou o projeto do aluguel social para as mulheres vítimas de violência, e também aquele projeto que concede um auxílio financeiro para as mulheres que denunciam seus maridos e, muitas vezes, têm que sair de casa. Elas precisam dessa garantia de ter um lugar para morar e de ter como se sustentar, até porque muitas mulheres têm uma dependência financeira dos seus maridos. Quando acontece a denúncia, elas não têm mais condições de voltar para casa; então elas precisam dessa garantia de um auxílio financeiro e de um lugar para morar, onde estejam protegidas do seu agressor. Essas propostas também estão tramitando junto com outros projetos de lei. Eu apresentei nesta Casa um projeto para a criação de um aplicativo que tem como objetivo facilitar o acesso das mulheres à consulta dos antecedentes criminais do seu parceiro, do seu companheiro. Essa consulta deve ser facilitada através de um aplicativo, e eu tenho certeza de que, se a Vanessa tivesse tido conhecimento da ficha corrida do seu namorado, ela teria tido mais cuidado e talvez até teria rompido com o relacionamento, porque ele era uma pessoa com histórico de violência, de medidas protetivas e, inclusive, de violência contra membros da própria família. Mas eu queria fazer uma reflexão, porque nós já contabilizamos cinco casos de feminicídio em Mato Grosso do Sul este ano. O último foi agora na cidade de Juti, e neste mês tivemos esse número, que deve chamar a atenção do conjunto da sociedade. Eu estava pensando, deputada Gleice Jane, que medidas são tomadas e protocolos definidos no atendimento à mulher, e é preciso, de fato, melhorar o atendimento. Na Casa da Mulher Brasileira ficou praticamente comprovado, no caso da Vanessa, que houve falha no atendimento à mulher. Ela não se sentiu acolhida e não teve a proteção que deveria ter tido ao retornar à sua casa. Tudo isso precisa ser equacionado para que a Casa da Mulher Brasileira atinja o seu objetivo, para o qual foi pensada e projetada. É uma proposta

fantástica, de reunir, no mesmo local, a Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacia da Mulher, serviço psicológico, serviço de atendimento à mulher quando ela precisa de um abrigo, mas é preciso aperfeiçoar esse atendimento. Agora, eu fico pensando o seguinte: estamos discutindo o atendimento na Casa da Mulher Brasileira ou nas delegacias espalhadas por todo o estado, Salas Lilás e como registrar ocorrência, proteger a mulher com medidas protetivas. E agora eu fico pensando, deputada Gleice Jane, enquanto a gente está discutindo isso, acontece um assassinato em determinado município e estamos debatendo aqui o atendimento à mulher. E outro feminicídio em outro lugar. Não é possível que haja um policial em cada residência para impedir que o marido ou namorado tire a vida da sua companheira. Não é possível isso. Como colocar fim ao feminicídio? Será que só campanhas de conscientização e de esclarecimento resolvem? Aí eu tenho que dizer que a causa do feminicídio, da violência contra a mulher, é o machismo estrutural. É, de fato, essa cultura machista que nós temos há séculos e que perdura ainda hoje. E eu, na reunião que tivemos aqui na Assembleia, com a participação de todos os Poderes, estava dizendo que é preciso investir na educação, investir na educação das novas gerações, para fazer frente ao machismo que é transmitido de geração em geração. E devemos apostar na formação das crianças pequenas, para que elas tenham outra mentalidade de respeito, de tolerância, uma educação que possa, de fato, mudar comportamentos e fazer com que as crianças pequenas já entendam que a mulher é um ser de direitos. A mulher precisa ser resguardada na sua dignidade e ser protegida sempre, e que é inadmissível, na sociedade, qualquer forma de violência contra as mulheres, seja a violência física, seja a violência psicológica, seja a violência patrimonial, seja qualquer outra forma de violência. Então, deputada Gleice Jane, nós que somos da área da educação, temos que levantar essa bandeira. É preciso que esteja no currículo das escolas a discussão das relações de gênero. Hoje, temos um problema muito sério na sociedade, porque, quando você fala em gênero na escola, parece que você está cometendo um crime. Já tem gente achando que você está extrapolando e que quer fazer a cabeça das crianças. Discutir relações de gênero é justamente discutir que as pessoas tratem umas às outras com respeito, com a dignidade que elas merecem. Esse debate não pode deixar de ser feito nas escolas, e eu advogo que ele comece na educação infantil. Quando, por exemplo, minha filha estava na educação infantil, a professora trabalhou a questão das relações raciais com bonecas negras na sala de aula, e aquilo impactou bastante. Minha filha chegou em casa e comentou. Por que não trabalhar também a relação de homem e mulher, do pai com a mãe, do namorado com a namorada, e entender que essa relação tem que ser de afeto, de respeito, de tolerância? Então, eu advogo: não vamos vencer o feminicídio se não houver um trabalho firme, constante, na educação, com o envolvimento dos educadores, coordenadores, professores. Eu penso que a Secretaria de Estado de Educação deveria elaborar uma proposta, um projeto, para que essa discussão chegue a todas as escolas. Concedo um aparte.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado Pedro Kemp, eu queria só colaborar aqui, o tempo já está acabando, mas acho importante a gente dizer que já tivemos essa política aqui no Estado de Mato Grosso do Sul. Já tivemos uma secretaria da mulher aqui, uma secretaria que pensava na política de forma transversal, em todas as outras secretarias. Mas regredimos na política no Estado de Mato Grosso do Sul e regredimos também no financiamento das políticas públicas de enfrentamento à violência. Eu sou professora e, por diversas vezes, tivemos projetos nas escolas de enfrentamento à violência contra a mulher e de igualdade nas relações entre homens e mulheres. Já tivemos tudo isso. Mas, nos últimos anos, as professoras e os professores têm medo de falar sobre o assunto, porque têm medo, inclusive, de serem expostos aqui na Assembleia, como já vimos várias vezes. Há um equívoco da sociedade sobre o entendimento. E é importante a gente dizer que esse debate é tão equivocados, que em 2015, tivemos aqui no Estado de Mato Grosso do Sul municípios que tiraram até o gênero alimentício do plano municipal de educação por não saber realmente o que estavam dizendo. Então, venho aqui para dizer que concordo com a sua fala, e o Estado tem a obrigação de retomar esse debate na educação, na saúde, na assistência social, em todos os lugares. Porque o combate à violência é uma política transversal, e precisa ser uma política transversal. Então, venho aqui para fortalecer a sua fala e dizer que, mais uma vez, precisamos de políticas públicas e de financiamento. Precisamos saber quanto do desenvolvimento do estado será destinado à política pública de enfrentamento da violência contra as mulheres. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e o incorporo ao meu pronunciamento. Estou falando isso, senhor presidente, porque mudar a cabeça, o comportamento de uma pessoa com idade de quarenta ou cinquenta anos é muito difícil. Foi alguém que já foi educado com uma formação machista e tem muita dificuldade em mudar. Eu estava numa reunião do Conselho dos Direitos Humanos na última quinta-feira, e alguém me disse: "Não é importante também fazer um trabalho com os homens agressores? Não só atender à mulher vítima de violência, mas fazer um trabalho com os homens agressores?" Isso, inclusive, é previsto na legislação. Acredito que sim, é válido, mas é difícil mudar a cabeça, a mentalidade de alguém machista que foi formado nessa sociedade, pensando que pode bater na mulher, que pode constranger, que pode oprimir a mulher dentro de casa. O homem se sente o chefe da família, que tem que impor a sua vontade. É difícil mudar quem pensa assim. Agora, se você investir na educação da criança pequena, formando-a com uma mentalidade diferente, para entender que é preciso ter relações de respeito e de tolerância, é muito diferente. Isso é um trabalho que vai demorar tempo para dar resultado, mas eu não vejo outra forma de mudar a sociedade a não ser por meio da educação. Obrigado, senhor presidente, pela condescendência de me conceder mais quatro minutos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Uma pauta muito interessante. Esta Casa está concentrada nela, deputado, e em todas as comissões. Solicito a Vossa Excelência que verifique se há quórum para deliberação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, temos vinte e dois deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicitando aos senhores deputados que façamos uma força-tarefa. São quatro projetos, sendo três da área social, voltados para o tratamento de políticas públicas de violência doméstica e violência contra a mulher. Estamos fazendo uma força-tarefa para ver se conseguimos votar na CCJR amanhã e, quem sabe, até na próxima quinta-feira, pós-carnaval, para que essas leis estejam aptas até o dia 8 de março, Dia da Mulher. São três projetos: "Recomeçar", "Cuidar de Quem Cuida" e o auxílio financeiro dentro do Mais Social. Esses três projetos necessitam de uma força-tarefa para que possamos votar nesse sentido. Item 1. Projeto de Lei nº 288/2024. Autor: Ministério Público. "Altera a Lei Estadual nº 4.134, de 06 de dezembro de 2011, para permitir o pagamento de auxílio-invalidez aos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, aposentados por incapacidade permanente e que necessitem de assistência permanente de outra pessoa". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu pedi pela ordem para lembrar àqueles que nos assistem e nos ouvem nesta Sessão de que, ontem, dia 24, iniciou o período em que os agricultores da agricultura familiar podem renegociar todas as suas dívidas com os bancos, referentes ao Pronaf e outros financiamentos. Não há nenhuma vinculação que crie restrição aos agricultores familiares, como eventuais restrições no Serasa ou algo parecido. Também é possível negociar dívidas com empresas de energia e telefonia. A previsão do Governo Federal é que cerca de dez mil agricultores da agricultura familiar procurem as instituições bancárias, nas quais têm conta, para poder renegociar suas dívidas. Como presidente da Comissão da Agricultura Familiar, encaminhei correspondências ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e às cooperativas, informando que não vamos admitir e, se necessário, tomaremos as medidas judiciais cabíveis na eventualidade de qualquer instituição bancária restringir ou negar a possibilidade de renegociação das dívidas da agricultura familiar, conforme manda o decreto assinado pelo presidente Lula. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Enquanto os deputados votam, eu queria fazer um registro. No dia 21 deste mês houve uma audiência pública que teve uma grande participação, mantendo o trabalho que esta Casa tem realizado como representante do povo. Essa audiência foi conduzida pelos deputados Renato Câmara e Neno Razuk, com a participação efetiva dos demais deputados. Foi uma audiência pública que certamente contribuirá para que possamos produzir uma legislação que atenda aos interesses de Mato Grosso do Sul, especialmente no que diz respeito à pesca. Parabenizo mais uma vez os deputados e todos os envolvidos na busca pelo entendimento nesta legislação, que garantirá o cuidado com os pescadores profissionais e o futuro da pesca em Mato Grosso do Sul. Também é importante que possamos trabalhar nesse consenso, pois esse é o papel da Assembleia Legislativa. O deputado Neno Razuk marcou para a próxima quinta-feira, dia 6, uma reunião para concluir as propostas. Em votação.

Projeto de lei nº 288/2024, de autoria do Ministério Público.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 2. Em discussão única. Sete requerimentos, vinte e cinco indicações e uma moção de congratulação. Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 3. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Eunice Alves de Albres. Moção de pesar, proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento do senhor Wilson Joaquim da Silva.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente. Só quero consultar o nobre deputado Paulo Corrêa, se eu posso assinar essa moção de pesar do Wilson Joaquim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Com certeza, nobre deputado. É uma honra.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Concedida a assinatura em conjunto. Registre-se. Moção de pesar, proposta pela Casa, em razão do falecimento do senhor Danilo Pereira da Costa. Registre-se já os pesares em nome da Casa. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Está encerrada a Ordem do Dia. Senhores deputados, os acordos de liderança já foram assinados para que possamos votar na CCJR três projetos que tratam de questões sociais.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Eu gostaria de incluir na pauta o requerimento que eu apresentei no Pequeno Expediente, sobre a fusão das duas frentes parlamentares.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, posso até incluir, mas seria necessário fazer uma nova votação, pois os requerimentos já foram votados. Há necessidade de ser hoje? Porque, se você apresentou hoje, ele vai para a pauta de amanhã.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — A posse dos participantes da frente parlamentar é hoje à tarde.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores deputados, só para registro, o requerimento do deputado Renato Câmara, que faz a junção da frente Parlamentar de Limites e Divisas Territoriais com a Frente Parlamentar de Regularização Fundiária, visando a atuação unificada em função dos interesses comuns, independentemente da filiação partidária de seus membros. Esse requerimento trata da fusão. Em votação simbólica. Estamos votando um requerimento para fundir duas frentes parlamentares. Em votação simbólica. Os deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. Não havendo oposição, está aprovado o requerimento. Encerrada a Ordem do Dia, passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Senhores deputados, vamos registrar os projetos que precisamos na CCJR amanhã, na Ordem do Dia e depois nas comissões permanentes, para que possamos, até na outra quinta-feira, após o Carnaval, votar esses projetos sociais de grande importância para políticas públicas para as mulheres. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Presidente, nós temos três projetos que dizem respeito às mulheres, e eu gostaria de pedir para a nossa secretária Patrícia que ela viesse a esta Casa para explanar como será esse projeto. Por quê? Nós já temos ali o "Cuidar de Quem Cuida", que já está tendo algumas modificações; e acho que seria muito bom se a secretária viesse nos explicar, até porque podemos ter um outro olhar e até ajudar a fazer alguma emenda, melhorando o projeto. Porque ali, por exemplo, vemos que há um tipo de aluguel social, mas pelo que está descrito, é destinado apenas a mulheres vítimas de violência que precisem de abrigo. Eu queria entender melhor esse projeto. Então, seria muito bom se a nossa secretária viesse explicar como ela pretende implantar esse programa no Estado de Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, eu ia dar uma sugestão: como foi feito um acordo de líderes para votar amanhã na CCJR, então que isso seja feito. A senhora pode convidá-la. Ligue para ela, porque está pautado para amanhã na CCJR. Ela poderá vir hoje à tarde para fazer isso.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim, a CCJR, mas tem as outras comissões. Então, poderá vir aqui — antes de a votação ir para o Plenário, com esse projeto de lei — para nos trazer algumas orientações sobre o que realmente está contido no projeto, e sobre o que talvez possa ser melhorado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Nós só precisamos regulamentar como vai ser feito isso; se haverá uma convocação, um convite, ou como a senhora pretende proceder.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Um convite, senhor presidente. Tenho certeza de que nossa secretária tem disponibilidade para vir aqui e apresentar o projeto, o programa em si, para que possamos, juntos, analisá-lo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A senhora é presidente da Comissão de Direitos da Mulher, então faça esse convite, passe a data para nós, e nós vamos encaminhar para convidar os deputados.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu o farei, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Passamos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Ele está nos representando em Brasília, na posse do Conselho de Fazenda. Não há mais oradores inscritos. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente Sessão. Obrigado a todos (11h17min).